

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E  
MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 1.769, DE 1999

Dispõe sobre o contrato de parceria  
agrícola indígena e dá outras providências.

Autor: Deputado Airton Cascavel  
Relator: Deputado Paulo Baltazar

I – Relatório

O ilustre Deputado Airton Cascavel submete à Casa a proposição epigrafada, através da qual institui e regulamenta o contrato de parceria agrícola indígena.

Parceria agrícola indígena seria o contrato pelo qual uma comunidade indígena, ou parcela dela, realiza em parte da terra que ocupa atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista, recebendo do parceiro-outorgante insumos, equipamentos e assistência técnica, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais fixados.

Prescreve que o contrato de parceria agrícola indígena deve ser feito mediante pública forma apenas quando a terra da comunidade indígena outorgada esteja com sua demarcação consumada e livre de interferências ilegais, vedando que envolva indígenas incapazes de compreender a natureza e as consequências do negócio.

Fixa, ainda, as seguintes proporções de frutos, produtos ou lucros em favor dos parceiros indígenas: (a) 10% em qualquer caso,

entendendo-se que sempre concorrem com a terra preparada, moradia e mão de obra; (b) 20% quando concorram também com benfeitorias. Permite que o parceiro-outorgante abata da cota dos parceiros indígenas, parceladamente, o curso da edificação de benfeitorias que, findo o contrato, permanecerão em condições de uso sob o domínio destes.

Determina que o contrato seja antecedido de estudo de impacto ambiental e de viabilidade econômica, e de laudo antropológico, cujas indicações integrarão o contrato – devendo, tais laudos, serem elaborados por técnicos credenciados pelas respectivas entidades profissionais. O custo de sua realização será coberto pelos interessados em contratar, na qualidade de parceiros-outorgantes, com comunidades indígenas, permitindo-se que se abata metade do custo da cota dos parceiros indígenas se o contrato for firmado.

Impõe o prazo mínimo de três anos para o contrato e suas renovações, vedando a introdução de nova atividade por ocasião da renovação se, conforme laudo específico, tal atividade alterar as condições e impactos previstos no laudo e estudos prévios.

Prevê que se assegure a conservação ou recuperação ambiental, a sustentabilidade do empreendimento e a proteção social e econômica dos parceiros indígenas.

Dispensa o certificado de cadastro do imóvel mas determina que o contrato seja declarado junto aos órgãos federais de colonização e reforma agrária e de assistência ao índio, e fixa a competência da Justiça Federal para conhecer dos conflitos oriundos do contrato.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

É extremamente oportuna a iniciativa do Deputado por Roraima, ao mesclar criativamente preceitos da parceria rural e da parceria agrícola, tal como se encontram regulamentados no Estatuto da Terra, de modo a preservar a exclusividade da posse dos índios sobre suas terras e, ao

mesmo tempo, possibilitando-lhe acesso à parceria com empreendedores não índios que se disponham a financiar atividades agrícolas, pecuárias, agro-industriais, extrativas vegetal ou mistas a serem desenvolvidas **pelos índios em terras indígenas**.

Como aponta a Justificação, este seria um mecanismo eficaz para possibilitar aos índios a exploração de suas terras, ao mesmo tempo em que incentiva a demarcação delas e a sua manutenção livre de interferências ilegais. Com efeito, muitas comunidades indígenas, ainda que tenham suas terras demarcadas, sofrem agruras de todo tipo por não lhes bastar mais, ou por não mais serem possíveis, suas atividades econômicas tradicionais. Isto tudo, de modo a se preservar, mediante as cautelas que são objeto dos laudos e estudos previstos no texto, a integridade cultural das comunidades indígenas.

Creemos que se demorou o legislador a ensaiar esta fórmula, e pelas razões expostas e pelos termos da própria justificação, nosso voto é **favorável** à matéria.

Sala da Comissão, em        de        de 2002.

Deputado Paulo Baltazar  
Relator